



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

O efeito da taxa básica de juros sobre as exportações da Bahia entre 2013 e 2023¹

The effect of the basic interest rate on Bahia exports between 2013 and 2023

Carlos Marlon Lopes Costa

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano
pela Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia.

E-mail: carlosmarlon@outlook.com

Kaiza Correia da Silva Oliveira

Doutora em Economia, pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

E-mail: kaizacso@ufba.br

Renato Barbosa Reis

Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa, pela Fundação
Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Salvador, Bahia.

E-mail: georeis@gmail.com

Laumar Neves de Souza

Doutor em Ciências Sociais, mestre e bacharel em economia pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

E-mail: laumar.souza@animaeducacao.com.br

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura internacional revela ao menos três grandes fenômenos de elevada importância para este trabalho: (i) reestruturação produtiva, (ii) influências do pensamento econômico liberal sobre as nações e (iii) globalização. A Bahia foi escolhida como ponto central de análise por ser um estado periférico, entre as 27 unidades da federação.

Pretende-se neste estudo responder a duas indagações: (1) a indústria da Bahia entre 2013 e 2023 expandiu as exportações de produtos com alto valor agregado? (2) Há associação da taxa básica de juros (SELIC) ou da taxa de câmbio no desempenho industrial baiano? Uma justificativa para este trabalho é a argumentação de que a condução econômica do país, historicamente, atende a um pensamento econômico que cria obstáculos ao desenvolvimento nacional e cria oportunidades ao mercado de capitais.

Para unidades da federação com estruturas produtivas frágeis, caso da Bahia, a crescente financeirização e o rentismo que inviabiliza o investimento na chamada economia real é um problema fundamental ao crescimento e preservação de suas bases produtivas. Este trabalho tem por objetivo mostrar como este estado, periférico, na última década performou no comércio internacional (exportações) tendo em vista a política monetária e cambial como, possíveis, variáveis explicadoras.

¹ Este resumo expandido é um excerto do artigo sob mesmo título em desenvolvimento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS).



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No início do século XX, o Brasil estava sob o modelo agrário-exportador, cuja sustentação se manteve até o término da Primeira Guerra Mundial. O avanço do setor industrial brasileiro, que ocorreu a partir dos anos 1930 como saída da crise econômica para contornar a dificuldade de importar produtos industrializados, perdurou por quase cinco décadas. Esse avanço foi batizado como Processo de Substituição de Importações (FONSECA, 2009).

Reside a certeza no progresso da atividade industrial em multiplicar efeitos benéficos na sociedade: instrução, emprego e renda, havendo, portanto, necessidade de implementar políticas para promoção do setor industrial. Na reflexão sobre o subdesenvolvimento nacional, a precariedade da Bahia e as possíveis saídas para um estágio de maior maturidade econômica não podem ser minimizados ao crescimento do produto interno bruto (PIB) ou ao PIB *per capita*, sem que estejam acompanhadas da mitigação da pobreza.

Em consonância com o pensamento dos teóricos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a dominação do setor primário-exportador na economia desencadeia baixo progresso técnico, deteriora os termos de troca e confina os países na condição periférica (COLISTETE, p. 28, 2001). Nesse contexto, a Bahia é um dos estados preteridos no processo de substituição de importações, sendo alvo de investimento apenas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel, que preconizava a construção do Pólo Petroquímico da Bahia.

A Bahia, na década de 1950, teve o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB), desenvolvido no governo de Antônio Balbino (1954/1958) e apresentado ao governo de Juracy Magalhães (1958/1962), mas não aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia devido à incompatibilidade das ideias com a compreensão da elite política (SPINOLA, 2010). O corpo técnico que desenvolveu o PLANDEB era liderado por Rômulo Almeida e a fundamentação teórica era eminentemente *keynesiana*, baseada em concepções como as de Hirschman, Rosenstein-Rodan e Harrod.

O estado da Bahia desde a propositura do PLANDEB ainda carece de atenção da União e do próprio Estado quanto a políticas que desenvolvam o setor industrial, sendo um multiplicador de ganhos socioeconômicos na região nordeste.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho valeu-se de uma breve pesquisa na literatura quanto ao desenvolvimento industrial no Brasil e na Bahia a partir do século XX e de uma avaliação das estatísticas de exportações baianas entre 2013 e 2023, dando ênfase à análise gráfica em busca de associações. Uma pesquisa bibliográfica do Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) também foi discutida.

Para embasar a compreensão do mercado baiano, optou-se pelas estatísticas reunidas no Comex Stat, plataforma de dados abertos sobre comércio internacional, organizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O agrupamento dos dados pela definição de intensidade tecnológica foi referenciado por Rabelo (2019), um relatório técnico do Banco do Nordeste (ESTEVES et al., 2019) e a tabela de conversão NCM para CNAE (CONCLA/IBGE, 2012), conformando a classificação de produtos nas seguintes classes: Agricultura, pecuária, pesca,



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

extrativismo florestal e mineral; Alta tecnologia; Média-alta; Média-baixa; Baixa; e Outros produtos não industriais.

A análise incluiu as séries históricas da taxa básica de juros (SELIC), do câmbio (dólar comercial), inflação nacional (IPCA) e exportações baianas, utilizando séries mensais de 2013 a 2023, com o propósito de compreender, graficamente, os efeitos da taxa SELIC sobre o desempenho comercial do Estado da Bahia. As exportações foram recuperadas mês a mês em dólar americano *free on board* (FOB). A cotação média mensal do câmbio foi utilizada, oriunda dos Boletins de Balanço de Pagamentos do Banco Central (BACEN), reunidos pelo IPEA. Posteriormente, foram feitas conversões das exportações de dólar para real e corrigidas pela inflação para preços de 11/2024 (IPCA), para uma análise mais apurada.

É uma limitação desse trabalho que ele cuidou, somente, na investigação de associações ao longo da última década entre as exportações baianas e as variáveis macroeconômicas.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Bahia detém uma população de 14,1 milhões de habitantes, sendo o principal estado do Nordeste em termos econômicos e demográficos. No período de 2013 a 2023, as exportações baianas anuais em média foram de US 11,1 bilhões.

Reprimarização e perdas tecnológicas: de 2013 a 2023, houve um crescimento de 182,7% na exportação de produtos primários, que avançou quase US 1,7 bilhões ao longo da série. A participação relativa do setor primário, que correspondia a 10,96% em 2013, elevou-se para 26,26% em 2023. Em 2023, cerca de 3/4 de toda a exportação baiana estavam concentrados em apenas quatro produtos: produtos minerais (27%), produtos vegetais (26%), celulose (11%) e alimentos e bebidas (9%). Dado que a Bahia em ponto algum de sua história foi considerada industrializada (SPINOLA, 2009), há preferência neste trabalho pela palavra reprimarização, um retorno à grande participação dos produtos de origem primária.

O desempenho das exportações mensais da Bahia (em dólar) entre 2013 e 2023 experimentou cinco grandes movimentos, sendo três de queda e dois de alta, com flutuações entre US 1,6 bilhão.

Evidencia-se uma desvalorização do real ante ao dólar ao longo da série. A simples observação gráfica sugere que a desvalorização do real ante ao dólar não favoreceu as exportações baianas na última década. Em alguns momentos, o decréscimo das exportações da Bahia acompanhou o incremento da taxa de câmbio. A manutenção de taxas cambiais depreciadas assevera as dificuldades na economia baiana, quanto à expansão das exportações de produtos com média-alta a alta intensidade tecnológica – encarecendo a importação de maquinário, insumos e tecnologia.

Ao considerar as correções monetárias (gráfico 4), fica evidente a estagnação baiana de 01/2013 até 03/2020. O padrão de exportação foi alterado de forma real na Bahia somente a partir de 02/2021, atingindo o máximo de R\$ 7,9 bilhões em um único mês (04/2022).

A SELIC é o principal instrumento de controle inflacionário utilizado pelo BACEN, e seus impactos são defasados na economia. Os efeitos deletérios da SELIC sobre as exportações baianas, notadamente sua estagnação por sete anos, são revertidos quando a taxa básica de juros é reduzida sistematicamente, atingindo o patamar de 1,9% a.a. (agosto de 2020 a fevereiro de 2021). A mínima da SELIC (1,9% a.a.) reverberou num máximo das exportações baianas (R 2 a R\$ 4 bilhões, o que impõe um retorno à estagnação ao setor produtivo do Estado.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da Bahia permanece marginalizado quanto aos grandes planos de desenvolvimento nacional, não havendo iniciativas no âmbito estadual que permitam o crescimento da atividade industrial. Verificou-se que a Bahia passou por um longo período de estagnação de suas exportações, com perdas nominais e relativas daqueles de produtos com média-baixa, média-alta e alta tecnologia, ao passo que há incremento nominal e relativo do setor primário.

Quando as considerações analíticas se voltam às séries mensais, foi possível verificar que o desempenho das exportações de modo geral caía com a desvalorização do câmbio e, de modo mais defasado, com a elevação da taxa de básica de juros. O nível de influência entre essas duas variáveis foi significativo com a taxa SELIC. Nos dois últimos intervalos da série, quando a SELIC marcou recorde de reduções (1,90% a.a.), isto gerou recordes sucessivos das exportações baianas.

A SELIC é um instrumento que, embora eficaz para alterações na inflação, é ineficiente no controle ao produzir impactos deletérios na atividade econômica, especialmente a atividade industrial de maior intensidade tecnológica. A principal conclusão desse expediente vai no sentido de que a Bahia perdeu participação absoluta e relativa na exportação de produtos com maior valor agregado, enquanto expandiu as exportações de produtos agrícolas e de baixa intensidade tecnológica, e foi possível verificar que há uma associação entre a taxa básica de juros (SELIC) sobre a atividade exportadora do estado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucas Bressan; FERES, Lucas Prata. Financeirização e os sentidos do desenvolvimento: aspectos teóricos e as “reformas de mercado” no caso brasileiro. Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política (2018), área 6, artigo 86.

BARBOSA, Renato Castro de Faria; WOSC, Luiz Fernando Oliveira. Classificação da Secretaria de Comércio Exterior: Classificação por Intensidade Tecnológica. Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior, p. 1-5, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, p. 272, 1982.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STGLITZ, Joseph. The Political Economy of Capabilities Accumulation: the Past and Future of Policies for Industrial Development. Oxford University Press, p. 6, 2008.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influência no Brasil. São Paulo, Brasil, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 15 (41), 2001, p. 35.

Comissão Nacional de Classificação (CONCLA): Correspondências de Classificações. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas.html>. Acesso em: 18 nov. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade. Buenos Aires, Argentina, 2022, p. 36.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

COMEX STAT: portal de estatísticas de comércio exterior do Brasil, exportações e importações municipais. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ESTEVEES, Luiz Albero; et al. Bahia: exportação e importação segundo a intensidade tecnológica dos produtos. Fortaleza: Banco do Nordeste, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), p. 1-2, 2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cap. 11, 2009.

Manual de Utilização dos Dados Estatísticos do Comércio Exterior Brasileiro. Brasília: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC) e Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, v. 1.1, p. 20-28, 2020.

OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva. Análise da dinâmica e do funcionamento da cadeia global de valor da indústria de papel e celulose: um foco sobre a decomposição do valor adicionado e das parcerias bilaterais do Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Economia, 2019.

Panorama – Censo 2022: destaques. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=29>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PINTO, Marco Aurélio Cabral; ABUCHE, Camila Chaves; CASTILHO, Marta dos Reis; SANTOS, Leonardo Pereira Rodrigues dos. A Esqualização de taxas de juros como instrumento de promoção das exportações brasileira de bens de capital no período 1994-2005. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), p. 2, 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, Brasil, Biblioteca da Presidência da República, 1974, p. 18.

RABELO, Ingrid de Sales. O Intercâmbio comercial Brasil-Índia: uma análise de 2003 a 2018. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFCE), p. 78, 2019.

SPINOLA, Noélio Dantasle. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Editora UNIFACS, 2009.

SPINOLA, Noélio Dantasle. O PLANDEB. Salvador: Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE), Universidade Salvador (UNIFACS), 2010.

STIGLITZ, Joseph. Entrevista no programa Roda Viva. 16 de outubro de 2023.